



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 464 - 22/06 a 26/06/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[STF suspende sanções da NR-1 e abre conciliação sobre regras de riscos psicossociais no trabalho](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/06/2026

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu por 90 dias a aplicação de multas e outras sanções ligadas à inclusão de fatores de riscos psicossociais nas regras de gerenciamento de riscos no ambiente de trabalho. A decisão liminar, proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1316, busca criar condições de diálogo para esclarecer critérios de punições via Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) do STF.

A suspensão alcança os dispositivos que tratam da inclusão dos riscos psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais, da consideração desses fatores nas condições de trabalho, da escolha das ferramentas e técnicas de avaliação desses riscos, da documentação dos critérios adotados e da análise da eficácia das medidas de prevenção.

Parâmetros claros

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem) questiona, na ação, alterações da Norma Regulamentadora 1 (NR-1) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na redação conferida pela Portaria 1.419/2024 do órgão, que passaram a exigir a identificação, a avaliação e o gerenciamento de fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Segundo a entidade, as regras não definem parâmetros claros para orientar empregadores e fiscalizadores sobre a forma de avaliação desses fatores nem os requisitos necessários para a aplicação de penalidades.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF retira de pauta julgamento sobre trabalho em plataformas digitais após aprovação de convenção da OIT](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/06/2026

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, retirou da pauta de julgamento no Plenário o Recurso Extraordinário (RE) 1446336, que discute a natureza da relação de trabalho entre motoristas de aplicativos e plataformas digitais. A matéria estava na pauta do Plenário desta semana. No despacho, Fachin afirmou que o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Defensoria Pública da União (DPU) informaram nos autos a aprovação, em 12/6, da Convenção 193 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que impõe aos países-membros do organismo internacional obrigações em relação aos direitos e deveres de trabalhadores e de plataformas.

[STF valida criação de feriado de Corpus Christi no Estado do Rio de Janeiro](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/06/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a validade da lei do Estado do Rio de Janeiro que transformou o dia de Corpus Christi em feriado estadual, celebrado na primeira quinta-feira após decorridos 60 dias do Domingo de Páscoa. A decisão unânime foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7898, concluído em 19/6, em sessão plenária virtual, seguindo o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia.

[Tratorista demitido após voltar de internação psiquiátrica deverá ser reintegrado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/06/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu como discriminatória a dispensa de um tratorista da Ouroeste Bioenergia Ltda. diagnosticado com depressão

RADAR TRABALHISTA

grave, com prejuízos cognitivos e ideação suicida. O colegiado concluiu que a demissão foi motivada pelo estado de saúde do empregado e, portanto, foi discriminatória.

[Empresa de segurança deve incluir todos os cargos no cálculo de cota de aprendiz](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/06/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve por unanimidade decisão que obrigou a Suporte Serviços de Segurança Ltda. a cumprir a cota legal de contratação de aprendizes considerando também os postos de trabalho de vigilante no cálculo exigido pela legislação. A decisão manteve ainda condenação à empresa ao pagamento de R\$ 50 mil por dano moral coletivo.

[Segunda Turma do TST presta homenagem à advocacia trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/06/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prestou, na sessão desta quarta-feira (24), uma homenagem à advocacia trabalhista nesta quarta-feira, em celebração ao Dia do Advogado Trabalhista, comemorado no sábado (20). A sessão foi marcada por discursos que ressaltaram a importância histórica e constitucional da categoria na defesa dos direitos sociais e da própria Justiça do Trabalho.

[Indústria terá de promover igualdade entre homens e mulheres em seu quadro gerencial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Ortobom contra condenação motivada por discriminação contra mulheres em cargos de gerência. Para o colegiado, a prática discriminatória da empresa, que não conseguiu fazer prova em contrário, exige respostas estruturais para superar a desigualdade. O processo corre em segredo de justiça.

RADAR TRABALHISTA

[Dispensa de bancário que causou acidente fatal na esfera privada é anulada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve por unanimidade decisão que obrigou a Suporte Serviços de Segurança Ltda. a cumprir a cota legal de contratação de aprendizes considerando também os postos de trabalho de vigilante no cálculo exigido pela legislação. A decisão manteve ainda condenação à empresa ao pagamento de R\$ 50 mil por dano moral coletivo.

[Mantida indenização a trabalhadora dispensada após apresentar laudo de filho autista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/06/2026

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de uma trabalhadora que pretendia aumentar a indenização por ter sido dispensada logo após apresentar à Fiber Route It Solutions Ltda., de Praia Grande (SP), o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) do seu filho. Para o colegiado, o valor arbitrado a título de danos morais pelas instâncias ordinárias não foi irrisório nem exorbitante para justificar sua revisão.

[TST mantém anulação de cláusula que reduzia folgas aos domingos para mulheres](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/06/2026

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho manteve a anulação de cláusula de convenção coletiva do setor de hotéis, restaurantes, bares e similares do Rio Grande do Norte que previa que todos os trabalhadores da categoria, homens e mulheres, teriam folga aos domingos pelo menos uma vez a cada três semanas. Para o colegiado, a cláusula contrariou a CLT, que garante às trabalhadoras o direito de que o repouso semanal remunerado coincida com o domingo pelo menos uma vez a cada 15 dias.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Emprego formal alcança 57,2% dos jovens ocupados no Brasil, aponta estudo do MTE](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 27/06/2026

Uma pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostrou que 57,2% dos jovens entre 14 e 24 anos estão em empregos formais. O estudo anual “Os Jovens no Brasil – Permanências e necessidades de mudança” foi apresentado nesta quinta-feira (25), durante evento do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em São Paulo (SP), pela subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner.

[Crédito do Trabalhador passa a contar com uso de garantias para ampliar acesso a crédito com juros mais baixos](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 26/06/2026

O programa Crédito do Trabalhador inicia, nesta sexta-feira (26), uma nova etapa com a implementação da possibilidade de utilização de garantias nas operações de crédito contratadas a partir dessa data. A medida amplia as opções disponíveis aos trabalhadores e contribui para a oferta de condições mais vantajosas, com taxas de juros limitadas a até 1,99% ao mês.

[Governo do Brasil afasta mais de 1,5 mil crianças e adolescentes do trabalho infantil no primeiro semestre de 2026](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 26/06/2026

As ações de combate ao trabalho infantil realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Auditoria Fiscal do Trabalho, seguem avançando em todo o país. Até junho de 2026, as fiscalizações resultaram no afastamento de 1.545 crianças e ado-

RADAR TRABALHISTA

lescentes de situações de trabalho infantil. O resultado reúne dados das ações realizadas entre janeiro e abril e das operações especiais promovidas nos meses de maio e junho em diversas unidades da Federação, reforçando a atuação nacional do Governo do Brasil na proteção dos direitos de crianças e adolescentes e no enfrentamento à exploração do trabalho infantil.

[Governo do Brasil inaugura Casa do Trabalhador em Porto Alegre nesta sexta-feira \(26\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 25/06/2026

O secretário nacional de Qualificação, Emprego e Juventude do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Henrique Eduardo Medeiros Aquino, inaugura, nesta sexta-feira (26), às 14h, a Casa do Trabalhador em Porto Alegre (RS). Localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 94, no Centro Histórico, essa é a 15ª unidade entregue pelo Governo do Brasil, dentro do processo de modernização e padronização das agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

[Novo sistema do PAT entra em operação plena para empresas e fornecedores do programa](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 25/06/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que o novo sistema do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) está em plena operação a partir desta quinta-feira (25). A partir desta data, o sistema deve ser utilizado pelas empresas beneficiárias, pelas fornecedoras de alimentação coletiva e pelas facilitadoras — responsáveis pela emissão dos benefícios do PAT — para atualização cadastral e continuidade das operações no programa.

[CTPP aprova novos requisitos para instalações sanitárias móveis e regras para uso de contêineres no trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 25/06/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), realizou, nos dias 23 e 24 de junho, sua 29ª Reunião Ordinária, na qual foram aprova-

RADAR TRABALHISTA

das medidas que fortalecem as condições de segurança, higiene e conforto no ambiente de trabalho, no âmbito da Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24).

[Governo do Brasil entrega 14ª Casa do Trabalhador em Palmas \(TO\) e reforça expansão da rede Sine no país](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/06/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, esteve nesta quarta-feira (23) em Palmas (TO), onde entregou à população a 14ª unidade reestruturada da Casa do Trabalhador. A reestruturação das unidades do Sine faz parte de um projeto nacional de revitalização do sistema que o MTE vem conduzindo desde o início da atual gestão. Até o fim do ano, a expectativa é entregar à população 25 novos postos do sistema, em todo o país, dentro desse novo formato.

[RAIS Mensal aponta 62,2 milhões de vínculos formais em fevereiro e destaca crescimento do emprego entre mulheres e jovens](#)

Ministério do Trabalho e Emprego- 24/06/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou, nesta quarta-feira (24), os dados da RAIS Mensal referentes a fevereiro e os dados acumulados dos meses de janeiro e fevereiro. Os números do emprego formal, reunindo informações da iniciativa privada e de funcionários públicos, foram apresentados em coletiva de imprensa pelo ministro Luiz Marinho.

[FAT terá orçamento de R\\$ 130 bilhões para fortalecer políticas de emprego e renda em 2027](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/06/2026

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou, nesta terça-feira (23), a proposta orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para 2027, no valor de R\$ 130,03 bilhões. O montante representa um aumento de 8% em relação ao orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 (Lei nº 15.346), que é de R\$ 120,397 bilhões.

RADAR TRABALHISTA

[Governo do Brasil lança IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil nesta quinta-feira \(25\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/06/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) promove, no dia 25 de junho, às 9h, em Brasília, o lançamento do IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (2026-2035), documento que orientará as ações do Estado brasileiro para a prevenção e o enfrentamento do trabalho infantil na próxima década.

[MTE embarga parcialmente obra na BR-158 após identificar riscos extremos a trabalhadores no Rio Grande do Sul](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/06/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Auditoria Fiscal do Trabalho, determinou, no último dia 19 de junho, o embargo parcial de uma obra de proteção de encosta na BR-158, entre os municípios de Santa Maria e Itaara, na Região Central do Rio Grande do Sul, após identificar situações de grave e iminente risco à segurança e à saúde dos trabalhadores.

[INSS oferece mais de 44 mil vagas ao redor do Brasil em mutirão neste fim de semana \(27 e 28/6\)](#)

Ministério da Previdência Social - 26/06/2026

Neste fim de semana (27 e 28 de junho) o Instituto Nacional do Serviço Social (INSS) em conjunto com o Ministério da Previdência Social (MPS) realizará um mutirão de atendimentos ao redor do país. Ao todo, foram disponibilizadas mais de 44 mil vagas para perícias médicas e avaliações sociais.

[SST Fácil ganha acesso mais simples, rápido e seguro](#)

Fundacentro - 25/05/2026

RADAR TRABALHISTA

No ano em que completa dez anos, o aplicativo SST Fácil, desenvolvido pela Fundacentro, recebe novas atualizações a partir do mês de junho. Uma das novidades é a possibilidade de o usuário poder escolher como prefere fazer login: cadastrar com e-mail e senha, utilizar a conta Google ou acessar com o Gov.br, o mais recomendado. As diferentes opções de autenticação tornam o acesso ao app mais fácil e rápido, além de conferir mais segurança ao sistema e ao usuário.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-MS qualifica atuação de parceiros para o combate ao trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/06/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) concluiu, nesta semana, uma rodada de capacitações voltada a qualificar servidores das redes municipais de assistência social, educação, saúde, assuntos indígenas e migração, além de integrantes dos Conselhos Tutelares, das forças de segurança pública, da Guarda Municipal, das Forças Armadas e de organizações da sociedade civil para reconhecer e denunciar situações de trabalho análogo ao de escravo. A iniciativa busca ampliar a capilaridade da rede de combate e qualificar a identificação dessas violações, estimular o encaminhamento de denúncias e tornar mais ágil e eficaz a atuação dos órgãos responsáveis pela proteção dos trabalhadores.

[TRF4 confirma exigência de cotas de inclusão para participação em licitações públicas](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/06/2026

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou a constitucionalidade das regras que exigem o cumprimento das cotas legais de contratação de pessoas com deficiência (PCDs), reabilitados da Previdência Social e aprendizes como condição para participação em licitações e celebração de contratos com a Administração Pública. A decisão foi proferida pela 11ª Turma do TRF4, que deu provimento ao recurso da União e reformou sentença de primeira instância que havia flexibilizado parcialmente a aplicação das exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações.

[MPT participa do lançamento de plano nacional para erradicação do trabalho infantil](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/06/2026

RADAR TRABALHISTA

O procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, defendeu o fortalecimento de uma política de Estado aliada a ações coordenadas das instituições que compõe o sistema de garantia de direitos para a erradicação do trabalho infantil. Ao participar do lançamento IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2026-2035), na quinta-feira (25/6), ele enfatizou que essa violação de direitos não é um fenômeno isolado.

[Acordo viabiliza estudos sobre o mundo do trabalho contemporâneo](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/06/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) assinaram, na terça-feira (23), acordo de cooperação técnica para desenvolver ações conjuntas sobre os impactos das novas tecnologias nas relações de trabalho, trabalho análogo à escravidão e trabalho infantil. A parceria prevê o compartilhamento de experiências institucionais além do desenvolvimento de estudos e pesquisas.

[Thermas do Rio Quente fecha acordo com MPT-GO para regularização da cota de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/06/2026

O Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT-GO) e a Companhia Thermas do Rio Quente firmaram um acordo, na última sexta-feira (19/6), com o objetivo de regularizar o cumprimento da cota legal de aprendizes e encerrar uma demanda relacionada ao tema. O acordo foi conduzido pelo procurador do Trabalho Meicivan Lima, lotado na unidade de Anápolis do MPT-GO.

[Grupo Nós condenado em segunda instância por descumprir cota de pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/06/2026

RADAR TRABALHISTA

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) confirmou a condenação imposta à Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A., empresa responsável pelas operações da rede OXXO no Brasil e integrante do Grupo Nós, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP). A decisão mantém a obrigação de cumprimento da cota legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitadas prevista no artigo 93 da Lei nº 8.213/91, além do pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 7.441.955,00.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Habeas Corpus trabalhista: por que, para que e quando](#)

Consultor Jurídico - 28/06/2026

Há um deslocamento silencioso, mas profundo, ocorrendo nas execuções trabalhistas brasileiras. Diante da frustração das medidas executivas típicas, como penhora online, Renajud, Infojud, Sisbajud, juízes do Trabalho têm recorrido com frequência às chamadas medidas executivas atípicas, como descritas no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil: suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão de passaporte, cancelamento de cartões de crédito, e eventualmente, proibição de participar de licitações. O problema é que, quando essas medidas avançam sobre o passaporte e a liberdade de deixar o país, elas deixam de ser um capítulo do direito patrimonial e passam a tocar um direito fundamental de primeira grandeza: a liberdade de locomoção. E onde há coação ilegal ou abusiva à liberdade de ir, vir e permanecer, dar-se-á Habeas Corpus, inclusive na Justiça do Trabalho.

[Variações no pagamento conforme plantão sustentam negativa de vínculo de emprego](#)

Consultor Jurídico - 26/06/2026

A demonstração de pagamentos variáveis, conforme número de plantões efetivamente realizados e comprovados através de extratos bancários, com a constatação de períodos sem qualquer remuneração, sustenta a tese de ausência de subordinação jurídica — isto é, que o prestador do serviço pode recusar a atividade de acordo com sua conveniência — e impede o reconhecimento de vínculo de emprego.

[Jornada de trabalho exaustiva dá direito a rescisão indireta](#)

Consultor Jurídico - 26/06/2026

RADAR TRABALHISTA

A 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reconheceu a rescisão indireta do contrato de um trabalhador que cumpria jornadas excessivas. Com a procedência do pedido, é garantido ao empregado o recebimento das verbas rescisórias como se tivesse ocorrido uma despedida sem justa causa. Contudo, o colegiado reformou parte da sentença proferida pelo juiz Alberto Rozman de Moraes, da 3ª Vara do Trabalho de Canoas (RS). Nesse sentido, os desembargadores indeferiram o pedido de indenização a título de dano existencial, que havia sido concedido no valor de R\$ 20 mil.

[Problema técnico para acessar audiência virtual anula confissão ficta](#)

Consultor Jurídico - 26/06/2026

A aplicação da confissão ficta à parte que provou dificuldades técnicas de acesso à audiência de instrução, sem dar oportunidade à justificativa da ausência, configura cerceamento de defesa e gera a nulidade processual, devendo o processo retornar à Vara de origem para a reabertura da instrução processual, facultando-se às partes o depoimento pessoal da autora e que as testemunhas sejam ouvidas.

[Papel do Poder Executivo na defesa do meio ambiente do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 26/06/2026

Ao Poder Executivo, especialmente por intermédio da fiscalização federal do Ministério do Trabalho e Emprego cabe a tarefa de orientar e fiscalizar as empresas sobre condições de trabalho e reprimi-las quando recalcitrantes, aplicando multas, embargando obras e interditando estabelecimentos, setores de serviços, maquinários, equipamentos e quaisquer atividades que ofereçam risco grave e iminente para a saúde e integridade física dos trabalhadores (CLT, artigo 154 e ss.).

[Entre consenso e divergência: lições da 114ª Conferência Internacional do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 25/06/2026

RADAR TRABALHISTA

Em um momento histórico marcado pela polarização política, pela fragmentação institucional e pela crescente dificuldade de construção de consensos, a 114ª Conferência Internacional do Trabalho colocou no centro do debate uma questão que transcende o universo das relações de trabalho: como construir soluções coletivas em sociedades cada vez mais complexas e marcadas por interesses legítimos, mas frequentemente divergentes?

[Salário aviltante em estágio fraudulento configura danos morais](#)

Consultor Jurídico - 25/06/2026

O pagamento de salário aviltante, em valores muito inferiores ao salário mínimo proporcional à jornada, configura situação de extrema precarização e exploração da força de trabalho, em violação à dignidade da pessoa humana, gerando danos morais. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) decidiu, por unanimidade, modificar decisão da primeira instância para condenar uma academia ao pagamento de indenização por danos morais a uma trabalhadora submetida a contrato de estágio irregular.

[Convenção coletiva não pode reduzir proteção ao trabalho da mulher](#)

Consultor Jurídico - 23/06/2026

Embora a Lei 10.101/2000 permita o funcionamento do comércio aos domingos, desde que a folga dos empregados caia em um domingo pelo menos uma vez a cada três semanas, o artigo 386 da CLT, validado pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, oferece uma norma mais protetiva às mulheres, que têm o direito ao descanso dominical pelo menos uma vez a cada 15 dias. Com esse entendimento, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST manteve, por unanimidade, a anulação de uma cláusula de convenção coletiva do setor de hotéis, restaurantes, bares e similares do Rio Grande do Norte que previa que todos os trabalhadores da categoria, homens e mulheres, teriam folga aos domingos pelo menos uma vez a cada três semanas.

RADAR TRABALHISTA

[Suspensão da suspensão da pejetização](#)

Consultor Jurídico - 23/06/2026

“Pejetização” é um fenômeno simples. Em vez de contratar alguém como empregado, de carteira assinada, a empresa contrata uma pessoa jurídica — quase sempre criada pelo próprio trabalhador — para prestar o serviço. O ser humano que trabalha se veste de CNPJ. Quando a escolha é real, a contratação é lícita. Quando é imposição para mascarar um vínculo de emprego e fugir de encargos, é fraude. Toda a discussão mora nessa fronteira, e foi nela que o Supremo Tribunal Federal voltou a mexer.

[Caso que envolva acesso ao mercado laboral atrai competência da Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 22/06/2026

Em matéria que envolva impacto direto na inserção do trabalhador no mercado, reconhece-se que o caso possui natureza trabalhista e, portanto, deve ser apreciado pela Justiça do Trabalho, mesmo que não haja vínculo empregatício formal. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a Justiça Trabalhista é competente para julgar uma ação de um motorista profissional que teve informações negativas a seu respeito incluídas no cadastro utilizado por transportadoras com a qual não tinha vínculo de emprego. Segundo o colegiado, a conduta impede o livre exercício profissional.

[CLT não contempla todas as formas de trabalho modernas, diz ministra](#)

Consultor Jurídico - 22/06/2026

O avanço tecnológico impõe novas formas de proteção aos trabalhadores de plataformas digitais, mas a CLT não é o único instrumento capaz de garantir essa tutela. Um arcabouço mais protetivo depende da adoção de acordos coletivos e da segurança dos precedentes. A afirmação é de Maria Cristina Peduzzi, ministra do Tribunal Superior do Trabalho, que falou sobre o assunto durante o lançamento do Anuário da Justiça Brasil, neste mês.

RADAR TRABALHISTA

[Trans será indenizada em R\\$ 10 mil por discriminação em processo seletivo](#)

Migalhas - 26/06/2026

Empresa de serviços gerais foi condenada a indenizar em R\$ 10 mil mulher trans por danos morais após a Justiça do Trabalho reconhecer que ela sofreu discriminação por identidade de gênero durante processo seletivo para contratação. A decisão é da juíza Renata Bonfiglio, da 12ª vara do Trabalho de São Paulo, que afastou o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, mas reconheceu a responsabilidade civil da empresa pela conduta discriminatória.

[“Boca de caçapa”: Empresa indenizará trabalhador por ofensas homofóbicas](#)

Migalhas - 26/06/2026

A 1ª turma do TRT da 3ª região elevou de R\$ 7 mil para R\$ 45 mil a indenização por danos morais devida a um trabalhador cuja boca era comparada a uma caçapa de mesa de sinuca em piadas de cunho homofóbico. Para o colegiado, as ofensas reiteradas violaram a dignidade do empregado e caracterizaram assédio moral.

[TRT-18 permite penhora de armas de fogo para garantir dívida trabalhista](#)

Migalhas - 25/06/26

A 1ª turma do TRT da 18ª região autorizou a penhora de armas de fogo registradas em nome de devedor não localizado para satisfação de crédito trabalhista. Por unanimidade, o colegiado considerou que armamentos não integram o rol de bens impenhoráveis previsto no art. 833 do CPC e que a dificuldade para localizar o executado não impede a adoção da medida executiva.

[Trabalhador será indenizado por receber apenas fast food como alimentação](#)

Migalhas - 25/06/2026

RADAR TRABALHISTA

A 6ª turma do TRT da 4ª região condenou rede de lanchonetes que restringia alimentação dos empregados a lanches do tipo fast food a indenizar ex-supervisor em R\$ 10 mil por danos morais. Para o colegiado, a oferta exclusiva desse tipo de refeição viola o direito do trabalhador à alimentação adequada e configura conduta ilícita.

[TST: Empresa indenizará mãe demitida após apresentar laudo de autismo do filho](#)

Migalhas - 24/06/2026

TST manteve decisão que condenou empresa a pagar R\$ 3 mil por danos morais à trabalhadora dispensada após apresentar o diagnóstico de autismo do filho. A 4ª turma negou recurso da empregada, que pedia aumento da indenização, ao concluir que o valor fixado pelas instâncias ordinárias não justificava revisão.

[Decisão do STF reacende debate sobre pejetização, diz advogado](#)

Migalhas - 23/06/2026

Com a retomada dos processos sobre pejetização determinada pelo STF, milhares de ações trabalhistas voltam a tramitar na primeira instância e nos TRTs. O Supremo havia suspenso os casos para uniformizar o entendimento sobre a contratação de autônomos e pessoas jurídicas e sua eventual utilização para ocultar vínculos de emprego. Ao liberar o andamento das ações, a Corte considerou o acúmulo de processos causado pela paralisação, enquanto o julgamento definitivo do tema segue pendente.

[Empregada que recebeu desenho obsceno de colega será indenizada](#)

Migalhas - 23/06/2026

Uma rede de supermercados foi condenada a indenizar ex-empregada que sofreu assédio sexual no ambiente de trabalho após receber de colega uma folha com o desenho de órgão sexual masculino ao lado de seu nome. Ao reconhecer a omissão da empresa diante da denúncia, a 8ª turma do TRT da 4ª região elevou a indenização por danos morais de R\$ 15 mil para R\$ 25 mil.

RADAR TRABALHISTA

[STF mantém exigência de gestão dos fatores de risco psicossociais, mas interrompe temporariamente autuações e multas](#)

Revista Proteção - 26/06/2026

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça concedeu medida cautelar na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 1.316 para suspender, por 90 dias, a eficácia sancionatória de dispositivos da NR 1 relacionados ao gerenciamento dos fatores de risco psicossociais no trabalho. A decisão foi proferida nesta quinta-feira, 25 de junho, e será submetida ao referendo do Plenário da Corte.

[Nova NR-10 eleva exigências para gestão dos riscos elétricos e seleção de EPIs](#)

Revista Proteção - 26/06/2026

A nova redação da Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10) elevará as exigências para a gestão dos riscos elétricos nas empresas e deverá impactar diretamente os critérios de seleção e documentação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados em atividades com eletricidade. Publicada por meio da Portaria MTE nº 737, de 29 de maio de 2026, a atualização entra em vigor em junho de 2027 e é considerada uma das mais importantes revisões das regras de segurança em instalações e serviços com eletricidade desde 2004.

[TST reafirma a exigência de perícia para comprovar adicional de insalubridade](#)

Revista Proteção - 24/06/2026

O TST reafirmou sua jurisprudência cristalizada na OJ 278 da SDI-1, segundo a qual “A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização, como em caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova”. (Tema 231 da Tabela de Recursos Repetitivos do TST – RR-0000516-48.2023.5.05.0002, Tribunal Pleno, DEJT 02/09/2025)

RADAR TRABALHISTA

[Ferramenta do TRT-RS apresentada em Conferência da OIT auxilia na aplicação de normas internacionais](#)

Revista Proteção - 23/06/2026

A [plataforma LaborNexus](#), desenvolvida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), foi apresentada na 114ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça). A LaborNexus é uma ferramenta de pesquisa que dá acesso, em português, a informações essenciais ligadas às normas internacionais da OIT, bem como às decisões daquele órgão e suas interpretações técnicas. Isso garante maior acessibilidade e facilidade para a aplicação normas internacionais do trabalho nas decisões judiciais. Saiba mais sobre a ferramenta na página do Laboratório de Inovação do TRT-RS.

[OIT participa do lançamento do IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil](#)

Organização Internacional do Trabalho - 25/06/2026

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) participou hoje na sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília, do lançamento do IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (2026-2035). O documento que orientará as ações do Estado brasileiro para prevenção e enfrentamento do trabalho infantil na próxima década.

[Nova NR-1: STF faz atualização para riscos psicossociais e CBIC promove evento sobre o tema nesta terça \(30\)](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 26/06/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, por 90 dias, a aplicação de sanções relacionadas aos dispositivos da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) que tratam dos fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho na quinta-feira (25). A decisão cautelar

RADAR TRABALHISTA

ocorreu poucos dias antes do evento promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), “Nova NR-1: Riscos Psicossociais, GRO e Segurança Jurídica”, que vai discutir os impactos da atualização da norma para as empresas, na próxima terça-feira (30).

[Seconci-DF: Junho celebra saúde mental masculina](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 26/06/2026

Com foco na saúde mental da classe masculina da construção civil, o Seconci-DF reforça a importância de os homens procurarem ajuda quando estiverem enfrentando problemas emocionais. Nesse sentido, a atuação da entidade se destaca por oferecer, por meio do seu serviço psicossocial, ações preventivas e atendimentos ao longo do ano nas áreas de psicologia e serviço social.

[Deu na Mídia: CBIC alerta para impactos na construção com possível redução da jornada de trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 23/06/2026

Em entrevista ao programa CNN Brasil Money, exibido em 11 de junho, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, avaliou os possíveis impactos econômicos de propostas que preveem a redução da jornada de trabalho no país. Segundo o dirigente, a diminuição da jornada de 44 para 40 horas semanais representaria uma redução de cerca de 10% no tempo trabalhado, o que poderia gerar efeitos diretos na necessidade de mão de obra no setor.

[Apesar dos desafios, mulheres ampliam presença na construção civil](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 23/06/2026

A participação feminina na construção civil brasileira tem crescido nos últimos anos,

RADAR TRABALHISTA

mas ainda é minoritária no setor. Dados da RAIS 2024 mostram que as mulheres representam 11,5% da força de trabalho da construção. Já no Sistema Confea/Crea, responsável pelo registro e regulamentação das profissões da engenharia e áreas tecnológicas, mais de 60% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. Nesse contexto, o Dia Internacional das Mulheres na Engenharia (23/06), destaca a presença feminina em uma área estratégica para o desenvolvimento do país e os desafios ainda existentes para ampliar essa participação.

[Publicado veto integral ao Projeto de Lei do Primeiro Emprego](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 22/06/2026

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de junho de 2026 a Mensagem nº 542/2026, que comunica ao Senado Federal o veto integral ao Projeto de Lei nº 5.228/2019, conhecido como Lei do Primeiro Emprego. A decisão foi fundamentada em razões de inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Segundo manifestações da Advocacia-Geral da União (AGU), dos Ministérios da Fazenda, da Previdência Social e do Trabalho, além da Secretaria-Geral da Presidência da República, o texto previa jornada incompatível com a frequência escolar e promovia a redução de garantias trabalhistas para jovens, em afronta aos princípios da isonomia, da igualdade material e da vedação ao retrocesso social.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA SRTE/RN/MTE Nº 1.053, DE 18 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 22/06/2026, Seção I Pág. 128) - Institui, em adequação às diretrizes da Portaria MTE nº 431, de 10 de março de 2026, o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado do Rio Grande do Norte - FEAP/RN (instituído originalmente sob a denominação de Fórum Potiguar de Aprendizagem Profissional - FOPAP/RN pela Portaria nº 19, de 22 de março de 2019) e dispõe sobre sua organização e funcionamento;

[PORTARIA SRTE-RS/MTE Nº 1.014, DE 12 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 22/06/2026, Seção II Pág. 53) - Fica instituído o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado do Rio Grande do Sul FEAP/RS, instância permanente de caráter consultivo, propositivo e de articulação institucional, destinada a promover o diálogo e propor ações entre o poder público, empregadores, entidades formadoras e sociedade civil, com vistas ao fortalecimento da política pública de aprendizagem profissional no Estado de Rio Grande do Sul;

[RETIFICAÇÃO DA PORTARIA MTE Nº 737, DE 29 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 24/06/2026 Seção I Pág. 249) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 10 (NR 10) - Segurança em instalações elétricas e serviços em eletricidade;

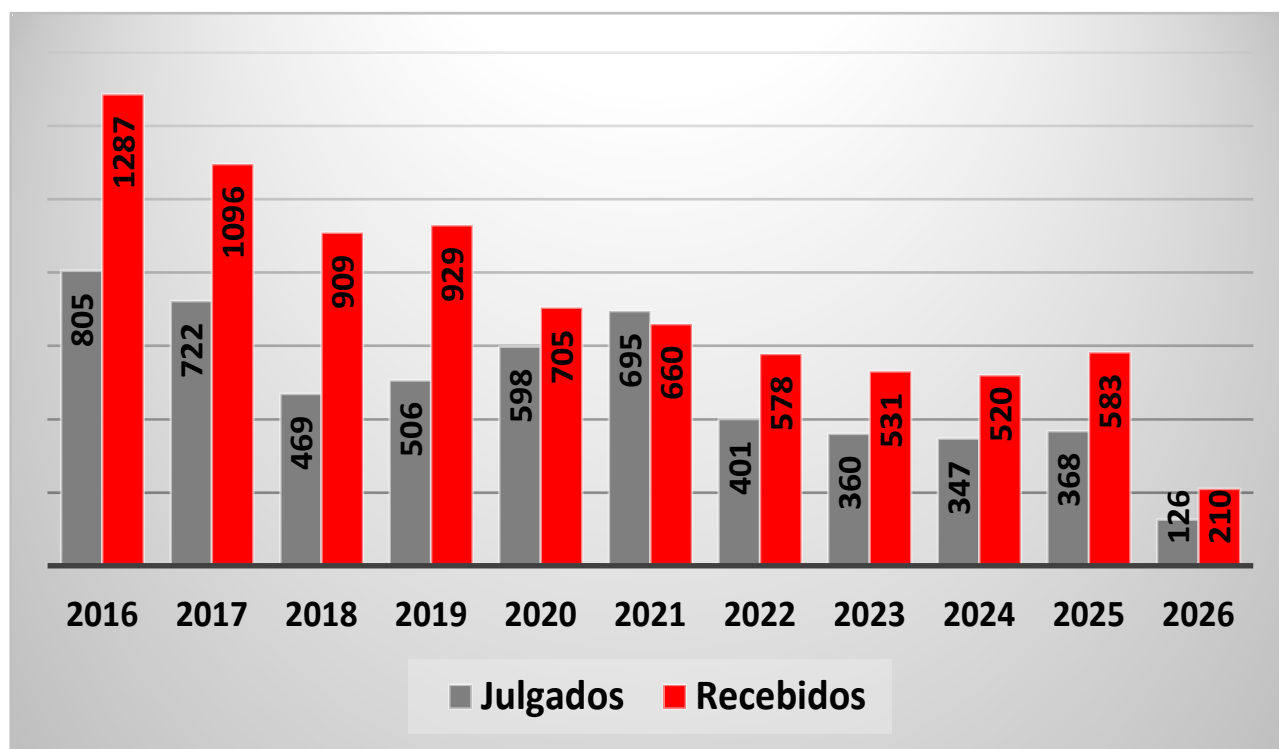
[PORTARIA MTE Nº 1.097, DE 24 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 25/06/2026 Seção I Extra Pág. 12) - Dispõe sobre o procedimento para correção da indicação de Grupo e/ou Classe no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, por meio de pedido de registro de alteração estatutária;

[PORTARIA MTE Nº 1.115, DE 25 DE JUNHO DE 2026](#) (DOU de 26/06/2026 Seção I Pág. 117) - Altera a Portaria MTE nº 435, de 20 de março de 2025, para possibilitar a utilização de garantias nas operações de crédito com consignação em folha de pagamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2016 a 2026 (maio/26):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico